



A pobreza em evidência: Desigualdade social em tempos de resistência na escola e na vida

Charlene de Lima Alexandre da Silva ¹

Jéssica Mayara Santos Silva Souza²

Juliana Soares Vanderley³

Vanderson Douglas Tavares Santos ⁴

Rosilene Félix⁵

RESUMO

Este artigo discute sobre a educação em seus âmbitos mais profundo no que se refere a ligação entre pobreza, desigualdade social, currículo e o papel da escola nas causas da pobreza e as transformações das desigualdades, também reflete sobre a Teoria da Capabilidade e suas nuances. Alguns autores importantes como Durkheim explana o tema e traz como embasamento teórico anteriormente apresentado. O trabalho perpassa por discussões sobre distribuição de renda, políticas públicas, direitos humanos e sobre o verdadeiro papel da escola como agente de justiça social.

Palavras-chave: Pobreza, Desigualdade Social, Direitos Humanos, Escola.

INTRODUÇÃO

Este artigo dialoga sobre as várias facetas da pobreza e da desigualdade social e sobre com refletir no âmbito dela na vida escolar e, sobretudo, um olhar nos direitos Humanos, ele também aborda a dicotomia que se apresenta quando da cultura de um indivíduo e a falta ou poucas políticas públicas aplicadas a ela.

Definir pobreza é altamente complexo, de acordo com Amartya Sen (1999), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido.

Desigualdade Social e a educação são relações para tentar diminuir uma em detrimento da outra, pois nela consiste o intrínseco das relações sociais, sendo assim a

¹ Graduanda do Curso de Letras Libras da Universidade Federal - UFPB, Pedagoga pela UFRPE-charlene.limaalexandre@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Faculdade Internacional-FPB, jessica.mayara_123@icloud.com;

³ Graduada pelo Curso de Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB e Pós-graduanda em Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS pela SOCIESC, jusoares60@gmail.com

⁴ Vanderson Douglas Tavares Santos- Especialista em Libras, profvandersondouglas@gmail.com

⁵ Mestra em Linguística- Doutoranda em Letras PPGL, rosilenefmamedes@gmail.com



instituição escolar ainda assume o processo coletivo para diminuir a desigualdade de uma população ainda reprimida e pobre.

Com isso este artigo pretende Identificar a pobreza e a desigualdade social nos vários âmbitos da sociedade brasileira, observar e comparar a desigualdade social no Brasil e em outros países, Expor violações de direitos humanos na escola e na vida cotidiana.

A relação entre pobreza e fome, erradicá-la significa acabar a fome no mundo, porém existe um problema muito grande, pois o que se percebe são medidas paliativas para contornar a situação, estas medidas, diminuem, mas não solucionam o tema em questão, alguns programas do governo como o bolsa família, que é uma ideia genial para diminuir essas demandas de extrema pobreza, porém o modo como é fiscalizada deixa a desejar e assim, pessoas que não deveria receber, recebem e pessoas que precisam, ficam de fora do projeto.

Pode- se relacionar aqui a Teoria de Capabilidade conceitua que, é um conjunto de teorias que ajudam a descrever algumas políticas públicas e o que elas influenciam na vida dos seres humanos, como ajudá-lo de forma concreta. Essa Teoria ajuda a construir possibilidades e trabalhar direto no foco do problema de forma mais simples, e então, fazer avaliações.

Não se trata, contudo, simplesmente de encontrar nessa teoria um instrumento para descrever, de nova maneira, a situação dos pobres. O ponto central é, antes, o fato de que tal teoria nos permite enxergar essa situação em termos de privação ou falta de liberdade. Exatamente por isso, sem fala, entre outras coisas, em “liberdade para viver em uma atmosfera livre de epidemias” ou em “estar livre da fome e das enfermidades” (SEN, 2008, p. 114 et seq.) e conclui: Quando avaliamos, ao redor do mundo, as desigualdades na capacidade de escapar das doenças que não são inevitáveis, ou da fome que pode ser evitada, ou da morte prematura, não estamos examinando apenas diferenças no bem-estar, mas também nas liberdades básicas que valorizamos e apreciamos (SEN, 2008, p. 118).

Estudando ainda o autor, citado anteriormente, é extremamente tocante quando lhe perguntaram sobre por que se precisa estudar sobre o tema e por que a pobreza é tão importante? Ele acrescenta que, se todos deveriam dedicar- se a essa questões, pois devemos conhecê-la para agirmos, é a momento para garantir os benefícios da globalização, que realmente existem e que possam ser igualmente compartilhados e alcançar algo encoberto e fazer mudar a natureza da globalização e assim transformar o mundo em direção a que todos tenham os mesmos direitos e acessos com ações reais e



concretas com políticas públicas que contemplem a todos, outrossim, educação básica de qualidade e garantias indivisíveis e não elitistas para que alcance a todas as pessoas.

METODOLOGIA

Foi realizada observações nas escolas do município de Recife, onde ficou explicito alunos advindos de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, foi feita pesquisa e perguntas com questionário, perguntas fechadas aos estudantes e família, com participação de 30 pessoas e observou-se que: 68,03 vivem da ajuda do governo federal ou de recursos advindo do município. Esse dinheiro ajuda no sustento da família, com prioridade a comida das crianças, 0,17% são analfabetos destes reponsáveis, são mulheres que chefiam as famílias, fazendo uma diferença enorme em suas vidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Desigualdade social no Brasil é perceptível, um país muito grande com problemas imensos, a desigualdade em mais evidência é a econômica, esta engloba as diferenças entre as camadas mais ricas e mais pobres da sociedade e os conseguintes resultados desta discrepância, no entanto ela se agravou com as mudanças ocorridas nos séculos recentes, causado pela ambição capitalista, o processo de industrialização foi responsável pelo êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos, estes por sua vez, não estavam preparados para tal crescimento, a infra estrutura precária não possibilitou que estes imigrantes tivessem acesso à vida tão humanitária pela que procuravam.

As garantias de vida na cidade decaíram e aos mais ricos tomaram mais forças, desencadeando assim a desigualdade social, um processo histórico e que afetaria a maior parte da população brasileira, como conhecemos hoje, as consequências dessa desigualdade de maneira análoga e de encontro aos pensamentos de Karl Marx sobre proletariado e burguesia, esta última é quem efetivamente comanda a política , a economia e a sociedade como um todo.

Por conta do seu poder aquisitivo, as classes sociais mais altas e superiores, infelizmente, ainda detém o poder em detrimento aos mais pobres, isso faz com que as pessoas de menor poder aquisitivo não tenham poder sobre a sociedade a qual pertence, assim a educação, a saúde e outros serviços básicos, público em geral, recebem poucos investimentos e portanto tornam-se precários em suprir as necessidades da população.



Enquanto isso, a elite desfrutava de conforto, através dos recursos financeiros que tem para pagar instituições privadas de qualidade.

Como combater a problemática, observando países com índices de desigualdade são menores, políticas públicas de igualdade, focos e melhorias na educação são princípios dessa luta, mostrar a insatisfação pela angústia pela qual se encontra a maioria das pessoas.

Alguns tipos de desigualdade social podemos citar: Econômica- desigualdade entre distribuição de renda; Racial- desigualdade entre raças; Regional- desigualdade entre regiões, estados e cidades; Gênero- desigualdade entre os gêneros.

Existem alguns autores que estudaram esta temática de desigualdade, entre eles pode-se citar Durkheim e diz:

É a sociedade, como coletividade, que organiza, condiciona e controla as ações individuais. O indivíduo aprende a seguir normas e regras de ação que lhe são exteriores – ou seja, que não foram criadas por ele – e são coercitivas – limitam sua ação e prescrevem punições para quem não obedecer aos limites sociais. As instituições socializam os indivíduos, fazem com que eles assimilem as regras e normas necessárias à vida em comum. (TOMAZI, 2000, p. 264).

O governo no Brasil da década de 2000 estudou e quis amparar e diminuir a grande dificuldade de capital de renda, dando aos mais pobres e aos que se encontrava em situação de miséria, direito à igualdade de renda ou alavancar esta e então criou o Programa Bolsa Família (PBF), é um programa que beneficia muitas famílias pelo país inteiro, em situação de miséria ou pobreza extrema, segundo estimativas do governo federal, este programa beneficia cerca de 68,03% das famílias pobres no Brasil, dados tirados do Censo de 2010. Criado em outubro de 2003, o Programa citado acima, fazia parte do *slogan* Brasil sem Miséria, que tem como foco famílias com renda per capita por pessoa, que varia entre R\$ 80,00 a R\$ 170,00 por mês, esse benefício é pago em dinheiro para ajudar essas famílias.

Segundo Valquíria Leão Rego, em seu artigo: Aspectos Teóricos das Políticas e Cidadania, pág. 180, acerca do PBF, diz que:

Deve ser lembrado, com vigor, que na grande maioria das famílias pesquisadas a Bolsa Família vem representando o único rendimento monetário e, mais do que isto, em vários casos, constituiu a primeira experiência regular de obtenção de rendimento. Antes da obtenção deste rendimento, a vida se resumia à luta diária como fazem os animais para “caçar comida”. Diante deste conjunto de fatos, a principal hipótese da investigação se organiza no sentido de considerar o Programa Bolsa Família uma política de cidadania. Seu aprofundamento e ampliação como referidos acima constituem passo fundamental na luta política pelo aprofundamento



substantivo da democracia brasileira. Desde que se parta da exigência que o debate da agenda democrática brasileira possua seu coração na agenda da cidadania.

Diante do exposto, percebe-se que deveriam existir políticas públicas voltadas para as mulheres, no sentido de ajudar essas pessoas que possuem dupla jornada ou que possuem pouquíssima escolaridade, o livro *Vozes do Bolsa Família*, de Rego, nos mostra que em sua pesquisa com Pizani, alguns lugares foram escolhidos por conter extrema pobreza, como o Piauí, o centro do Maranhão, o interior de Alagoas e o Vale do Jequitinhonha, onde eles comprovam por meio de entrevistas com as mulheres envolvidas, termos como: auxílio, ajuda, pouca instrução, vontade de voltar para a escola, trabalhar, visto que o PBF se trata de um auxílio e elas tem a convicção disso.

Portanto, não se trata de uma solução cabal para a pobreza, mas, diminuiu ou respondeu positivamente à questão elencada. É preciso grandes investimentos públicos para melhoria e permanência do programas voltados para o sexo feminino, como: rodas de conversas em escolas, postos de saúde, centros/ espaços de encontros, formações delas para volta ao mercado de trabalho, para que voltem a estudar, trabalhar, se qualificar.

A cultura é mutável e precisa de modificações com o passar do tempo, mas não se pode encarar como natural às relações de poder existentes nela, também se deve a essa mutação o fato de os costumes mudarem de uma época para a outra, por exemplo, os músicos de hoje, as músicas cantadas e os ritmos apresentados, não são os mesmos dos anos 80/90 ou que os nossos avós ouviam, quando as potencialidades de um povo ou de um grupo estão em evidência, esta cultura tende a ser a melhor expressão apresentada, outros exemplos de cultura: o sotaque, as vestes, os rituais, as comidas, a forma de se comunicar variam de uma cultura para a outra, cada cultura apresenta suas características próprias, sofrendo influência do ambiente a qual está inserida.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’, significa, também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’, por assim dizer; e, portanto, transformá-las em bases de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1999; 95/ 1981, P. 13).

A cultura e violação dos Direitos Humanos na escola, questão de raça e preconceito em sala, a Lei 7.716/89 versa sobre os crimes de Preconceito e



Discriminação Racial, essa lei veio regulamentar o artigo 5º, inciso 42 da nossa Constituição e diz que: a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei, se trata de uma dívida histórica do Brasil para com as populações que são até hoje segregadas, na mesma Carta Magna em seu artigo 3º, inciso 4, nos remete as questões de raça e diz que: Promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Diante de todos exposto citados acima, pode-se concluir que a Discriminação é uma violação dos Direitos Humanos, a Onu (Organização das Nações Unidas) define os Direitos Humanos como garantia jurídicas universais que protegem as pessoas e grupos contra ações e omissões de governos que atentem contra a dignidade humana, embora tenha direitos reconhecidos. No Brasil, ainda há direitos não reconhecidos, protesto e abusos por partes de muitos que não se respeitam e isso pode ser visto também na sala de aula, entre alunos/ professores, professores/ alunos e alunos/ alunos. O problema é bem maior quando se trata da formação desses professores e de como se portar quanto à temática em sala de aula, quando acontece a discriminação, ou também quando intervir em aulas que possam contemplar a lei 10.639/03.

A Lei Nº 10.639/03 constitui-se em elemento essencial no processo de construção/reconstrução, conhecimento/reconhecimento e valorização de diferentes perspectivas e compreensões concernentes a formação e às configurações da sociedade brasileira contemporânea, no sentido de desconstruir as significações e representações preconceituosas e racistas que tem se configurado nos conteúdos didáticos e no espaço da escola. (VALETIM E BACKES, 2007, P.3)

Acontece que em muitas escolas esse problema é constante e pior, em Recife saiu uma matéria em um grande jornal de circulação que explicitava a história de uma professora vítima de racismo, mesmo com quase 13 anos de sua implementação, nota-se que a referida Lei não está tão levada a sério, no texto veio escrito: Professora acusa escola de racismo- Docente alega ter sido impedida de dar aula de dança afro em unidade de ensino particular do Recife. Diretora do colégio nega discriminação, no link: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vidaurbana/2016/08/15/interna_vidaurbana,660049/professora-acusa-escola-de-racismo.shtml.

Não se torna muito distante de minha vivência em sala de aula, muitas vezes deixa-se de intervir por achar que é um problema pequeno ou que os alunos não sabem o que dizem quando chamam o outro de negro, ofensivamente, a entonação da palavra



de como se caracteriza é sim um crime de racismo, um preconceito e pior, a escola não faz nada por achar aquilo normal ou que tem coisas maiores a se preocupar.

A escola hoje deve ser disseminadora e combater a Intolerância, o desrespeito as diferenças, para se ter uma sociedade mais justa, menos agressiva, mais voltada para o respeito ao próximo, mas a realidade nos mostra a todo momento exemplos que caminha-se na direção contrária dos casos.

A família, por outro lado, por ter pouca instrução ou por repassar aquilo que vive de acordos sociais e achar que é normal, os educandos em sala de aula não tem discernimento para achar que aquilo é errado, que eu não devo tratar o outro por certos nomes perjurativos e aquilo se torna um ciclo vicioso, onde você reproduz o que escuta.

A escola tem um papel fundamental para que esse tipo de preconceito e de racismo seja barrada e que eles entendam que não se deve tratar o próximo com tanto rancor, ou com tanta intolerância.

A escola enquanto ambiente sócio-histórico-cultural de promoção e reprodução sistemática e organizada da aprendizagem dos conhecimentos humanos acumulados historicamente, além de contribuir para a apropriação destes saberes, também promove a socialização e a interação entre os sujeitos, propiciando assim a construção do sentido de humanidade pelos mesmos. (BOCK, 2001).

A desigualdade apresentada na escola, ela é manifestada, fazer com que esses alunos tenham o menor nível de dificuldades entre elas, ou seja, que todos aprendam, porém não é tarefa fácil para o professor, pois há uma dicotomia muito grande entre o nível sócio- econômico das famílias e isso se reflete no nível de aprendizagem das crianças, como o Brasil é muito grande e muito desigual, por isso, construir uma igualdade de nível na escola é desafiador, diante disso, podemos dizer que uma escola mais justa é aquela que consegue fazer com que mais crianças independentes do seu nível citado anteriormente aprendam o que está no currículo e consiga assimilar e interpretar esses conteúdos, no sítio da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância): http://www.unicef.org/brazil/pt/media_24119.htm, percebe-se algumas discrepância sobre essa temática que me deixou perplexa, sobre esses dados pode ser citados os que mais me chamaram atenção, são eles: 29% da população vivem em famílias pobres; entre as crianças esse número aumenta para 45, 06%, sobre as crianças negras e do interior têm mais de 70% que são mais propícios a viverem em extrema pobreza, mais que uma população compostas por infantes brancas que vivem na área



urbana; 64% das crianças pobres não vão a escolas durante a primeira infância; a cada 100 adolescentes apenas 59 terminam o 9º ano e, apenas 40, o ensino médio.

Com isto, percebe-se a desigualdade do nosso país e as variáveis se é área urbana ou rural, entre regiões, etc. Incide também sobre as oportunidades de vida, em relação especial às relações educacionais, a desigualdade escolar e a social não são uniformes

O fundamento dos Direitos Humanos, esta consciência de que todos nós independentemente das múltiplas diferenças biológicas e culturais, somos iguais em dignidades e, portanto, somos iguais em direitos, o cumprimento dos Direitos Universais dos Direitos Humanos, primeiro conceito para se ter em mente é que direito está intimamente ligado a poder, pois é exigência e se trata de uma simples norma e há sempre uma minoria que monopoliza este poder, por outro lado, o direito nasce orientado por valores que são diversos da modernidade, o valor da liberdade, da igualdade e da fraternidade e agora da diversidade e da tolerância e, portanto o convívio com a diferença.

Esse discurso é extremamente importante, pois abre espaço para discussão sobre diversas lutas, destas podemos destacar: movimentos feministas, a questão do gênero, os movimentos sociais, sua grande diversidade, postulando por direito a terra, direito a um teto, a questão indígena, o direito à garantia de um regionalismo cultural em oposição à globalização, o que de certa forma dá um “colorido” diferente a questão da cidadania, aproveitando o ensejo, conceituando cidadania como não estanque, é um direito que precisa ser construído coletivamente, o termo assume seu sentido político, social e jurídico, quando os personagens assumem seu papel de direito, no sentido de lutar por seus direitos, deveres e garantias.

Conceituando o direito do cidadão de acordo com Rosseau, implica que:

O cidadão conserva todas as leis, mesmo as aprovadas contra sua vontade e até aquelas que o punem quando ousa violar uma delas. A vontade constante de todos os membros do Estado é a vontade geral: por ela é que são cidadãos e livres. Quando se propõe uma lei na assembléia do povo, o que se lhes pergunta não é precisamente se aprovam ou rejeitam a proposta, mas se estão ou não de acordo com a vontade geral que é deles. ROUSSEAU (1991, P. 120).

Portanto para que exista uma educação cidadã, é preciso se trabalhar diversas temáticas, aprofundando conhecimentos, pesquisarem movimentos, fazer partes destes, se engajar em políticas públicas, pois para que uma escola obtenha sucesso é preciso



almejar e “correr atrás” de nossos direitos, cobrarem do governo, alternativas para que a educação melhore e mais que isso, o trabalho e o direito a ele devem ser antes de tudo pautado nos princípios e valores do ser humano, mas o governo deve apresentar abertura para que os indivíduos tenham acesso, com escolas técnicas, cursos profissionalizantes, ensino de qualidade no período noturno para Jovens e Adultos, formações específicas para os trabalhadores, cada qual na sua área.

Conforme os ensinamentos de Paulo freire, cobremos nossos direitos e sobre movimento social relata:

Os jovens e os adolescentes, também, vêm às ruas, criticam, exigem seriedade e transparência. O povo grita contra os testemunhos de desfaçatez. As praças públicas de novo se enchem. Há uma esperança, não importa que nem sempre audaz, nas esquinas das ruas, no corpo de cada uma e de cada um de nós. É como se a maioria da nação fosse tomada por incontida necessidade de vomitar em face de tamanha desvergonha...por outro lado, sem sequer poder negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer as razões históricas, econômicas e sociais que a explica, não entendo a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho. (FREIRE, 1992, p. 114).

A forma como se apresenta a educação em alguns países é que muitos dos alunos aprendem o moderno, mas que em alguns casos, não conseguiriam sobreviver em seu próprio habitat, pois há uma dicotomia sobre as relações de ensino, exemplo, um aluno que vai à escola aprender sobre computação, não saberia plantar um tomate no ambiente em que vive apenas da agricultura, isso é o relato de uma moradora local, sem abrir os horizontes e pensar que com a tecnologia, seu filho aprenderia não só uma mais vária forma de plantar aquele mesmo tomate.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pobreza e a desigualdade social ainda são muito grandes no Brasil, muitas ações ainda precisam ser implementadas como versou todas as discussões acima que intercorreram neste artigo.

Percebeu-se que no currículo há muitas aberturas para sanar as discussões no que diz respeito a parte da escola, sobre currículo é importante saber que:

Se por um lado o currículo é uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação, por outro ele também é uma ponte entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as



possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (GIMENO SACRISTÁN, 2013, p. 10).

O currículo brasileiro é baseado em um número grande de disciplinas, em uma pluralidade de alunos e para tanto, de ensino, contemplando todas essas dimensões, incorporando saberes plurais, e isto significa um problema além da "política", que sempre influencia a educação brasileira, de alguma maneira, dar conta de um universo tão heterogêneo e diversificado.

A escola precisa ser humana para àqueles que vivem em lugares tão desumanos, como a favela, a vila, a rua, que na escola possa encontrar um local para a dignidade. Esta instituição é um lugar onde as famílias populares têm confiança de deixar seus filhos, esta aparenta ser um local onde se deposita toda confiança, por mais que se fale tão mal da escola pública e que não é tão verdade.

Os estudantes precisam saber sobre algumas características de um país ou outro local, como demografia populacional, cultura, etnia, mas de uma forma que envolva a história do local, como entender como surgiu a cultura, pois àquela população encontra-se com determinada situação econômica, explorando e observando conhecimentos amplos, e não apenas dados.

A história do currículo no ensino do Brasil e sua trajetória de desenvolvimento acentuaram a necessidade de avaliar os programas educacionais, portanto Currículo pode ser definido como “um termo usado para designar igualmente o programa de uma determinada matéria e de determinada série, ciclo ou para todos os ciclos, além disso, o termo currículo é algumas vezes usado no lado mais amplo da palavra para abranger as várias atividades educacionais por meio das quais o conteúdo é transmitido e todo o material e métodos empregados. Segundo Silva (1999) A teoria reflete a realidade ao mesmo tempo em que transforma essa realidade, o que deve ser ensinado e o que fazer parte do currículo? Segundo Tomás as respostas a certas perguntas determinaram o percurso a ser seguido e o que realmente definir enquanto escola, Tomás se torna então o transformador de Identidades por responder com precisão às perguntas a eles feitas. É importante entender o que é currículo, quem quer formar para não ficar no vazio, planejar, programar as fases do currículo e saber as experiências da pessoa, o público alvo, para quem elaborar um currículo, determinando a identidade daquele indivíduo que



vivenciou aquele percurso sempre de forma clara e direta, entendendo a dinâmica do currículo escolar.

O currículo apresentou-se com influências jesuíticas, francesas e americanas e precursores como Dewey e Anísio Teixeira. Já com a ditadura militar passou a prevalecer o currículo tecnicista (processo de burocratização das escolas dando ênfase ao valor excessivo dos meios), também valorizando uma orientação crítica e emancipatória, neste período o sistema brasileiro destacava aspectos de estrutura ocupacional, destacando-se o ensino secundário, profissionalizante e superior, a ideia era construir um currículo que aumentasse a eficiência nas escolas, procurou-se então um ensino educacional voltado mais para empregar técnicas com o objetivo de tomar a escola mais produtiva.

Considerações Finais

A pobreza é multifacetária, ou seja, apresentam diversas fases, acesso à comunicação, transporte, saneamento básico, saúde, educação, enfim, uma gama de questões que precisa de mais discussões entre as políticas de combate a pobreza que padecem e pecam neste sentido, o programa de transferência de renda entre as esferas do governo precisam atentar em dialogar entre si e fazer avaliação do que realmente essas famílias estão precisando, afirmando que a pobreza não se estende só a renda, vai bem mais além.

A escola tem papel relevante nessa melhoria, dando condições dignas de estudo, reforço escolar, bons professores, discentes e docentes motivados, discussões sobre a temática e prática sobre o assunto, atender aos educandos e as famílias sendo acessíveis, essas ações devem ser conjuntas, olhar para os estudantes como seres humanos, independente de condição social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.



BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 3, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial. mec, Brasília, DF, outubro/2004.

GIMENO SACRISTÁN, José (Org.). **Saberes e incertezas do currículo**. Porto Alegre: Penso 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, vol. 1, 1999, p. 95-96.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

OKIN, S. M. 1987. Justice, gender and the family. Princeton: Princeton University Press.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMAZI, N. D. et al. **Iniciação à Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Atual Editora, 2000.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 3-145.

REGO, Valquíria Leão. **Aspectos Teóricos das Políticas e Cidadania**, pág. 180, extraído de: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf>. Acesso em 23/10/2016.

VALENTIM, Rute Martins; BACKES José Licínio. **A Lei 10.639/03 e a Educação Étnico-Cultural/Racial: Reflexões Sobre Novos Sentidos Na Escola**. 2006.